

**HABEAS CORPUS Nº 492.587 - PR (2019/0037777-4)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : ANTONIO DIEGO DA COSTA**  
**ADVOGADO : ANTONIO DIEGO DA COSTA - PR0063081**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
**PACIENTE : VALTER JUSCELINO ROCHA MARTINS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo, com pedido liminar, impetrado em favor de **VALTER JUSCELINO ROCHA MARTINS**, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja ementa registra:

HABEAS CORPUS. PACIENTE CONDENADO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA POR INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA COM CARÁTER TRANSNACIONAL (ART. 1º, § 1º C/C ART. 2º, CAPUT, C/C § 2º E § 4º, DA LEI Nº 12.850/2013). OPERAÇÃO ENIGMA. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA. SUBSTITUIÇÃO DA MEDIDA EXTREMA. IMPOSSIBILIDADE. RÉU FORAGIDO. ORDEM DENEGADA. DETERMINADA, DE OFÍCIO, A IMEDIATA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA, ASSIM QUE CUMPRIDO O MANDADO DE PRISÃO PREVENTIVA.

1. Ainda remanescem os requisitos da prisão preventiva, notadamente para o fim de assegurar a aplicação da lei penal.

2. Em relação ao paciente, confirmadas autoria e materialidade do delito do art. 2º, § 2º, da Lei 12.850/2013, com relevante desempenho em organização criminosa responsável pela distribuição de cocaína e “crack” oriundos do exterior, em diversos bairros de Curitiba, consistente no recebimento do dinheiro em espécie relativo ao fornecimento da substância entorpecente por sua família aos demais traficantes, e tratando-se de réu foragido, a custódia cautelar para assegurar a aplicação da lei penal é medida proporcional e necessária.

3. A jurisprudência já se consolidou no sentido da impossibilidade de análise, pela via do habeas corpus, de elementos que demandem o profundo exame de fatos e provas, tendo em vista tratar-se o writ de instrumento de rito sumaríssimo que não comporta dilação probatória, o que demonstra a impropriedade da via eleita para exame dos elementos de convicção que levaram o magistrado de origem a proferir sentença condenatória. De qualquer forma, a autoria e a materialidade delitivas serão analisadas com profundidade por esta Corte, quando do julgamento da apelação interposta pela defesa do paciente.

4. A ordem de prisão preventiva determinada há mais de um ano, antes do ajuizamento da ação penal, não foi cumprida até o momento, encontrando-se o paciente em lugar incerto e não sabido.

Resta evidente que pretende continuar se furtando à responsabilização criminal, ainda mais considerando que em seu desfavor sobreveio título condenatório.

5. As cautelares substitutivas previstas na Lei nº 12.403/2011 não se

mostram adequadas ao caso concreto, na medida em que não seriam suficientes para garantir que o paciente se vincule ao processo, diante da manifesta intenção de não cumprir a reprimenda corporal ora imposta.

6. Ordem denegada.

7. A fim de evitar que o paciente, ao ser preso, seja mantido em regime mais gravoso que o estabelecido na sentença, deve ser expedida a guia de recolhimento provisório pelo Juízo de origem, assim que cumprido o mandado de prisão preventiva.

Nesta Corte Superior, a defesa sustenta, em síntese, a incompatibilidade entre o regime inicial semiaberto com a prisão preventiva.

Defende que o paciente é primário, com bons antecedentes, residência fixa, trabalho lícito e não responde a outros processos.

Requer a concessão de liminar pra que seja recolhido o mandado de prisão e determinada a sua substituição por cautelares diversas.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator